

## Entre uma democracia irrealizável e uma democracia praticável: a relação entre o Estado e as elites no Portugal contemporâneo

João Carlos Relvão Caetano<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo, abordam-se as relações entre Estado, educação, elites e democracia no atual debate constitucional português. Em particular aborda-se a importância da educação, não apenas como direito, mas também como função de soberania, no contexto do processo de globalização e mudança acelerada a que o mundo assiste, em que as comunidades políticas para se afirmarem necessitam de ser muito qualificadas. Além da afirmação de que boas elites são necessárias à salvaguarda da democracia, sugere-se uma prudente reforma do Estado e da Constituição, que tenha em conta os fatores de mudança mas que seja consensual.

**Palavras Chave:** Estado, educação, elites e democracia.

**Abstract:** In this article, we discuss the relations between State, education, elites, and democracy, with a focus in the present national debate over the portuguese constitution. In particular, we discuss the importance of education, not only as a right, but also as an act of sovereignty, in the context of the process of globalization and the accelerated change to which the world is witness, in which, for political communities need to be highly qualified to assert themselves. Besides the statement that good elites are necessary for the protection of democracy, we suggest a careful reform of both the portuguese state and the portuguese constitution, while being at the same time consensual and taking into account what has changed in the world.

**Keywords:** State, education, elites and democracy.

### 1. Introdução

No presente artigo discutimos as relações entre quatro tópicos de indiscutível relevância na política contemporânea – Estado, educação, elites e democracia – que estão em profunda mutação. O nosso propósito consiste em determinar, por referência a esses quatro tópicos, as condições de afirmação de Portugal como comunidade política no tempo presente. Deste ponto de vista, Portugal não é o Estado português, ainda que este possa ser muito antigo. Nem depende do seu caráter democrático ou antidemocrático, embora a democracia seja hoje um dado fundamental. E se são as elites, constituídas por aqueles que estão no topo de uma atividade ou setor, que fazem a força das comunidades políticas, é preciso entendê-las no contexto atual. E por aqui chegamos ao novelo que nos há de conduzir à descoberta de uma saída. É preciso que as pessoas que constituem a comunidade política sejam boas. Tão importante como a existência de boas elites políticas, é a existência de boas elites económicas e outras. Por acasos da sorte, ou por fraude, não é preciso ser bom para estar no topo e ser elite. Mas uma sociedade sem boas elites não funciona. E é por isso que começamos com uma reflexão sobre o Estado e com uma afirmação surpreendente mas verdadeira: o Estado não somos nós<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Professor Auxiliar da Universidade Aberta (Portugal). Investigador do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito do Porto.

<sup>2</sup> Nós mesmo no passado já afirmámos o contrário, num artigo, intitulado “O Estado inútil”, publicado na edição do jornal Público (diário português de larga difusão) de 2 de outubro de 2005.

## 2. O Estado não somos nós

O que é que faz com que um Estado seja bom? Bom não é o Estado que funciona com grandes líderes, mas o que funciona mesmo que os líderes sejam maus. É como um carro que funciona nas mãos de qualquer pessoa, independentemente de ser Michael Schumacher ou um cidadão pouco apetrechado a dirigi-lo.

Só os Estados que não funcionam é que dependem das pessoas. Um Estado que funciona bem é independente das pessoas. O exemplo contrário é dado pelo clube de futebol que depende do dinheiro de um presidente interesseiro para sobreviver. Quando já não tem interesse pessoal, o presidente vai-se embora e o clube naufraga. Os Estados devem ser construídos tendo em conta as pessoas que existem, para as servir. Mas se os Estados fossem as pessoas, deixariam de ser precisos, porque as pessoas já estavam lá. Um Estado é, estruturalmente, um conjunto de regras jurídicas e de órgãos que as definem e concretizam, estando incluídos nessas regras o espaço físico e as situações em que as referidas regras são aplicáveis. O Estado é ainda a organização política que permite o governo das pessoas. Dada a diversidade de formas e de nomes que assume, é duvidoso que o Estado seja uma categoria universal. O governo, sim, é uma categoria universal,<sup>3</sup> ou seja, aplica-se a todas as pessoas e em todos os tempos.<sup>4</sup>

Normalmente ao Estado liga-se uma constituição escrita. A constituição é, numa linguagem sugestiva, o preâmbulo das leis. Também é chamada a lei das leis, ou a lei fundamental (*Grundgesetz*, na terminologia alemã), porque dela dependem todas as outras leis produzidas no âmbito do Estado. Em 2010, dadas as circunstâncias políticas, não se reviu a Constituição portuguesa, nos prazos previstos para esse efeito. Entretanto a crise política motivada pela demissão do Governo liderado por José Sócrates e a marcação de eleições antecipadas para 2011, impediu, em termos práticos, que a revisão sequer se iniciasse. Atualmente, a propósito dos trabalhos de discussão da reforma do Estado, discute-se a pertinência da revisão da Constituição, o que para já parece inviável, por falta de acordo entre os principais partidos do chamado “arco da governação”<sup>5</sup> (Partido Socialista (PS), Partido Social-Democrata (PSD) e Centro Democrático e Social (CDS)). Mesmo entre a maioria atualmente no poder no país (coligação PSD/CDS) existem divergências sobre a necessidade de se rever a Constituição.

Em 2010, discutiu-se se a palavra “socialismo” deveria ou não ser retirada do preâmbulo da Constituição. Houve quem entendesse que sim, defendendo que era necessário um amplo e completo processo de liberalização. E houve quem entendesse que não, por razões históricas e porque o preâmbulo supostamente não afetaria as opções dos Governos, qualquer que fosse a sua orientação ideológica.

Como qualquer outra constituição, a Constituição portuguesa vale como um todo. Como dissemos, ela é o preâmbulo de todo o ordenamento jurídico, pelo que não pode ser redigida de qualquer maneira. O socialismo é um detalhe, mas é um detalhe importante. Qualquer que seja a sua posição nesta matéria, é importante que os

---

<sup>3</sup> Sobre esta matéria, cf. Paulo Ferreira da Cunha, *Repensar a Política*, Coimbra, Almedina, 2007, 2.<sup>a</sup> ed., ver. e atual., pp. 199 e ss., max. 202 e ss.

<sup>4</sup> Utilizamos a palavra Estado com maiúscula, como significando o seu caráter objetivo na ordem jurídico-constitucional portuguesa, mas não a sua natureza como categoria universal. Segundo o mesmo critério, utilizamos a expressão governo – com o sentido de governação, esta, sim, uma categoria universal – com minúscula, para não se confundir com o órgão de soberania objetivo que é o Governo. Se bem que pudéssemos utilizar a palavra Estado com minúscula, salientando desse modo a perda de relevância desta categoria político-jurídica no atual contexto de intersecção de ordens normativas, preferimos manter a formulação tradicional, mas com a ressalva feita.

<sup>5</sup> Trata-se dos únicos partidos políticos que estiveram representados nos Governos constitucionais, após a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976.

agentes políticos se interroguem sobre qual é a Constituição que querem para o país. E não podem andar enganados sobre o seu poder normativo. A normatividade de uma constituição deve ser prática, não podendo ser vista como um dogma teológico, nem como um instrumento que pode ser subvertido.

Uma constituição procede à definição das bases de validade consideradas à partida para interpretar o ordenamento jurídico. Define, por outras palavras, o espaço de entendimento das leis. Este espaço não é universal. Além disso, o que é verdadeiro e necessário à vida das pessoas, e que como tal deve ser aplicado a todas elas, não está definido nas constituições, porque são escolhas pessoais que não são marcadas por características humanas suficientemente generalizadas para serem consideradas universais. Referimo-nos às coisas de que gostamos e às coisas de que não gostamos, porque só estas são universais. O que é mais importante em termos relativos ou a própria ordem de prioridades não são universais. A dificuldade de se fazer uma boa constituição (ou uma boa lei) está, pois, no estabelecimento da ordem dos valores, ou seja, do que aparece em 1.º, 2.º, 3.º lugar, e assim sucessivamente.

A psicologia e a neurociência tornam claro que, quando as pessoas não conseguem separar o que é importante do que não o é, têm a tendência para ter comportamentos obsessivo-compulsivos. É de tal forma alto o nível de exigência irrealizável num mundo assim perspetivado que as pessoas vêm-se pressionadas a entrar num ciclo oscilatório entre um estado maníaco, com a ilusão do sucesso absoluto, e um estado depressivo, com a ilusão do falhanço absoluto. É o que se passa com os portugueses há muitos séculos<sup>6</sup>, como é magnificamente ilustrado pela canção *Top dos tops* de Rui Veloso, de 2005, que faz parte do CD “A Espuma das canções” (2005). O que está na base desta situação é uma questão complexa mas que se pode explicar em poucas palavras. Os portugueses fazem, há muitos séculos, uma distinção a preto e branco entre a família e os estranhos. Não conseguem fazer mais do que a diferenciação entre o que é a situação 0 e o que é a situação 1. José Adelino Maltez descreveu bem a situação quando disse que “os portugueses continuam a viver em regime de dupla personalidade. O verniz da *doença da ordem* recobre o vulcão do nosso temperamento anarquista (...) Os que dizem *sim* aos sucessivos governos também deliram com as diatribes da oposição e, assistindo passivamente aos telejornais, divertem-se com as indiscrições da imprensa sensacionalista”<sup>7</sup> (itálicos no original). Ora há escalas e valores intermédios entre o 0 e o 1, ou seja, afastando-nos dos delírios maniqueístas das falsas dicotomias. É aí que Estado e Constituição, que não são valores imutáveis mas que devem ser levados a sério, devem ser pensados e construídos.

Podemos assim chegar a uma outra conclusão. Uma constituição que funcione apenas para pessoas perfeitas não serve. As constituições devem funcionar para as pessoas reais. O poder constituinte, como o poder legislativo em geral, deve conformar-se aos comportamentos das pessoas reais. A sociedade gera o Estado, mas este, uma vez gerado, gera também a sociedade. O poder extraordinário de quem faz as constituições e as leis ou de quem governa e faz as leis (porque cada vez existe maior convergência entre os poderes de governar e de legislar) deve procurar responder à seguinte questão: que outra coisa é que as pessoas vão fazer que não fariam se a Constituição e as leis não existissem?

Não precisamos de estudos teóricos sobre o Estado, mas sim de estudos sobre a implantação da Constituição e das leis. Não é óbvio que o Estado não somos nós. Mas não somos, de facto, porque há uma dinâmica pessoa/Estado e Estado/pessoa que

---

<sup>6</sup> Não é um problema apenas desta geração, mas também das imediatamente anteriores.

<sup>7</sup> José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna, 2004, p. 121.

nos afasta da situação em que o somatório das pessoas possa ser identificado com o Estado. As leis deveriam ser feitas por forma a que fossem corretamente compreendidas e concretizadas pelos os seus destinatários. E a Constituição deveria ser conhecida e compreendida por todos. Quando isso não acontece, gera-se a arbitrariedade. Quando tudo é importante, ou nada é importante, e não há uma ordem, a probabilidade de se atrasar o processo de desenvolvimento de um país é muito elevada. Este é uma consequência real que Portugal enfrenta, a qual só pode ser ultrapassada com elites capazes e interessadas pela coisa pública. Tal interesse está longe de se verificar no Portugal contemporâneo e radica num problema de falta de educação ética<sup>8</sup>, que é essencialmente independente da existência, ou não, de educação científico-literária-técnica. Tanto a educação ética como a educação científico-literário-técnica são importantes na formação de boas elites que sejam também elites boas.

### 3. As elites e o Estado em Portugal no séc. XXI

Falando não já em termos organizacionais mas funcionais, o Estado pode ser definido como o ambiente de paz trazido pelo correto exercício das funções de segurança, educação e justiça, vulgo as funções de soberania. Note-se que estamos a olhar para a realidade de maneira diferente do que é usual. A nossa tese é a de que é necessário redefinir as funções de soberania do Estado e que a educação (em todos os níveis de ensino) é hoje, tal como a segurança e a justiça, uma função de soberania, porque trata de um bem indivisível e que diz respeito a todos. Não podendo abordar neste artigo, por falta de espaço, a função de segurança, que está em profunda mutação e que tem conteúdos acrescidos, e sendo a função de justiça referida noutros pontos deste artigo, centraremos a nossa atenção na função de educação.

Para compreendermos a importância da educação no tempo presente, assim como a razão da sua qualificação como função de soberania, é necessário conhecermos a dinâmica das elites portuguesas contemporâneas na sua relação com o Estado.

Nesta matéria, a experiência portuguesa das últimas décadas seguiu, com particularidades, o padrão europeu e ocidental. Até aos anos 70 do séc. XX, a escola, entendida como o sistema formal de ensino, público ou privado, serviu para formar elites, especialmente as elites políticas. No séc. XIX, as elites eram fundamentalmente hereditárias e assim se reproduziram, com elevados níveis de exigência. No séc. XX, apesar da ideologia do Estado Novo da ascensão social pelo saber, as elites portuguesas mantiveram-se predominantemente hereditárias ou, pelo menos, dependentes da capacidade financeira das famílias. Referimo-nos, neste último caso, à classe média urbana portuguesa, que cresceu a partir do fim da II Guerra Mundial e que passou a disputar a importância social com as elites hereditárias. Esta classe média urbana em ascensão estudou fundamentalmente nas escolas públicas, embora o investimento público no setor não fosse, até finais dos anos 60, elevado. A verdade é que, para além do mínimo social de escolaridade que era a 4.<sup>a</sup> classe, ou mesmo a 3.<sup>a</sup> classe, não era indispensável ao Estado, nem aos seus dirigentes, para sobreviverem politicamente, garantir educação para todos. Em face das necessidades sociais, a educação era, acima de determinado nível, supletiva. As famílias não se queixavam, e os professores primários gozavam de prestígio. A escola pública e os colégios privados garantiram a educação desejada a quem tinha estatuto social ou dinheiro, e a

---

<sup>8</sup> Sobre o tema das elites, vide, por todos, as obras de António Marques Bessa, como, v.g., *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, ISCSP, Lisboa, 1993.

escola pública garantiu uma educação mínima, em geral de qualidade, a quem não tinha nem estatuto, nem dinheiro.

Mas repetitivamente foi descoberto que o sistema de elites hereditárias não garantia a repetição de características fisiológicas e de caráter. Salazar foi o chefe político absoluto que, provindo de uma família modesta, foi mais além do que a aristocracia que nunca o aceitou como um dos seus, ao contrário do que aconteceu em Espanha com Franco. Os filhos da classe média emergente foram então o símbolo de um país em transformação lenta mas irreversível. Após a instauração da democracia e, sobretudo, nos últimos 25 anos, esta tendência acentuou-se, com o desaparecimento progressivo das elites hereditárias, sobretudo das detentoras de terras, por incapacidade dos filhos para gerirem as propriedades dos pais e, simultaneamente, para manterem a sua posição social.

Tem sido mostrado, inclusive nos meios de comunicação social, que o que durante séculos foi aprendido pelos membros da elite pode ser facilmente substituído. A democratização ou massificação do ensino é reveladora deste fenómeno. É um processo com luzes, mas que, como é próprio de todos os processos sociais, também tem sombras. Com efeito, o desejo de massificação, ao mesmo tempo que trouxe muitas pessoas ao sistema de ensino, nomeadamente ao subsistema de ensino superior, pôs em causa a possibilidade de se pedirem altos níveis de exigência aos estudantes para subirem de patamar social, porque, se o objetivo social era que todos subissem, a exigência tornou-se uma presa fácil desse objetivo. Não foi o fim anunciado das elites, mas a tendência para a sua invisibilidade, com a ilusão criada nos recém-licenciados de que faziam parte de uma nova elite, quando, na realidade, faziam parte de uma nova massa populacional nem sempre com as qualificações necessárias, agora com mais anos de ensino e menos de trabalho. É difícil medir se a troca de experiência profissional mal paga por graus académicos com baixo nível de exigência foi, ou não, uma melhoria social. Mas não era isso de que Portugal necessitava. É caso para perguntar se era o que a Constituição requeria através do direito constitucional de todas as pessoas à educação, em condições de igualdade. Se a resposta à questão for afirmativa, é caso para dizer que a Constituição cumpriu-se, mas que a política de educação falhou. Sabe-se, por exemplo, que os portugueses não têm, ainda hoje em termos globais as qualificações adequadas para que as empresas portuguesas compitam internacionalmente. Nesta linha de pensamento, poder-se-á dizer que o problema decorre de a Constituição portuguesa obedecer a um programa político. Até se poderá dizer que os objetivos da Constituição não são maus, apenas de que falha o seu conceito do que é relevante para o futuro. E até se pode invocar um outro argumento, na linha do que referimos atrás, ou seja, de que as constituições são bem estruturadas quando se referem apenas às componentes dos desejos e ambições das pessoas que são universais, deixando de lado aqueles que são temporários ou passageiros.

Ora, podemos ver também o outro lado da questão, ou, se preferirmos, ver a questão de outra forma. Não há dúvidas de que a massificação do ensino em Portugal, nomeadamente do ensino superior, trouxe um aumento de qualificações dos portugueses, muitos deles capazes de trabalhar hoje em dia nas melhores e mais conceituadas empresas e instituições do mundo. Muitos até emigram, para exercerem profissões compatíveis com a sua formação de base. Provavelmente o que se verifica são apenas desigualdades à saída do sistema que são muito significativas, como a possibilidade que uma determinada pessoa tem, mas que outra ao lado não tem, de fazer uma formação pós-graduada no estrangeiro ou numa escola de elite. Essas pequenas diferenças podem ser muito significativas. Deste outro ponto de vista, a relevância política e constitucional da educação não deve diminuir, mas, pelo contrário, aumentar, considerando a educação explicitamente como uma função de

soberania e um direito. E a este nível pode fazer muito sentido discutir a reforma do Estado e proceder a uma revisão constitucional reunindo o consenso necessário para tal.

A solução passa pela criação de um sistema de ensino que prepare mas não reduza. A solução está na internalização da educação, e, por isso, se lhe deve dar valor político e constitucional. A explicação é dada pelo conceituado *Global Salzburg Seminar* (SGS), na explanação das suas atividades para 2010, centradas na questão da educação como fator de mobilidade social: “A educação – lê-se no referido documento – constitui uma chave fundamental para abrir a porta que permite a cada indivíduo realizar o seu verdadeiro potencial. Idealmente, um sistema educativo equitativo e eficaz facilita a mobilidade social e leva ao crescimento, desenvolvimento e aumento da prosperidade das sociedades”<sup>9</sup>.

A educação é hoje, do nosso ponto de vista, e como já referimos, uma nova função de soberania dos Estados, porque é necessário garantir níveis elevados de capacitação científica, técnica e moral às pessoas, ou seja, excelência, para que se produza riqueza e as sociedades evoluam. Não é líquido que seja o Estado a produzir toda a educação, porque se sabe que, nos tempos atuais, as escolhas individuais dependem de critérios definidos pelos próprios indivíduos. Ao Estado não é hoje pedido, com efeito, que afete bens como fez no passado, mas que acompanhe responsabilmente a atividade das pessoas, promovendo o aumento das suas qualificações. Neste quadro, a distinção entre a escola pública e a escola privada assume novos contornos, mas num quadro acrescido de exigência.

Quando hoje se vê as pessoas que triunfam no trabalho, geralmente há um conjunto de outras pessoas (tipicamente a família) que tornou isso possível, pelo apoio que deu e pelo estabelecimento de contactos que proporcionou. Era isso que as elites hereditárias faziam em relação aos seus filhos, e esse apoio era correspondido com enormes níveis de exigência. Mas a sociedade mudou. O mundo moderno trouxe múltiplas formas de atingir sucesso. E para cada nível de sucesso há uma correspondente elite.<sup>10</sup> A elite futebolística existe há dezenas de anos, mas nunca teve tanta projeção pública e fama como hoje em dia. Ora, apesar de haver muitas formas de elites, há também muito mais lugares para a elite clássica (genericamente quem tem uma formação científica, técnica e moral de excelência) do que para as novas elites futebolísticas ou artísticas. Isto faz da elite clássica, se não a mais conhecida socialmente, seguramente a mais decisiva para o desenvolvimento dos países. E dependendo ela do apoio das famílias, estas devem ser, por sua vez, apoiadas pelo Estado.

Na elite clássica, o importante era a excelência académica combinada com saúde física, sendo ambas obtidas com muito treino e disciplina, bem como com a aprendizagem do estabelecimento de contactos sociais em vários níveis (conhecidos, colegas, amigos, família, cônjuges e filhos). A existência desta elite é útil para os países porque ela propicia novas formas de criação de riqueza e fortalece a sua posição no mundo. Mas para que esta elite exista é necessário que existam escolas onde ela se possa desenvolver. Mas que escolas? Existe um conflito, com ressonância constitucional, entre o desejo de juntar os melhores aos piores, para ajudar estes

---

<sup>9</sup> Vide ETS, *Optimizing Talent: Closing Educational and Social Mobility Gaps Worldwide*, in “Policy Notes, News from the ETS Policy Information Center”, Volume 19, Number 2, Policy Evaluation & Research Center, Princeton, Spring 2011. Disponível em <http://www.ets.org/Media/Research/pdf/PICPN192.pdf>. Consultado em 12 de janeiro de 2013.

<sup>10</sup> Tecnicamente, as elites são os melhores em cada área. Sobre os vários tipos de elites, vide António Marques Bessa, *Elites e Movimentos Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta, 2012, reimp., pp. 9 e ss.

últimos, e a ideia de se deixar os melhores tornarem-se excelentes relacionando-se preferentemente entre si.

Como dissemos, a evolução das sociedades, nas últimas décadas, favoreceu a massificação, sem no entanto diminuir as desigualdades. A igualdade formal à entrada no sistema de ensino é prejudicada pela desigualdade à saída, traduzida na diferença entre escolas e entre possibilidades individuais de formação. A escolha da escola para os filhos deixou de ser motivada por razões ideológicas, ou apenas práticas, para passar a ser determinada por razões financeiras, e essa é a fonte da desigualdade, que, muitas vezes, se traduz em pequenas mas decisivas diferenças.

Após a II Guerra Mundial, a escola pública foi a escolha natural para muitos que viram nela a garantia da pluralidade dos métodos, para usar a expressão de Jean Guitton (aplicada à sua experiência de católico em França, na primeira metade do século XX)<sup>11</sup>, associada a um ensino de qualidade. Tanto em Portugal, como em França ou em Inglaterra, houve uma escola pública de qualidade. Hoje também há, mas já não é a regra, e já não se vai naturalmente para a escola pública. Como se disse, o que conta hoje é a capacidade financeira das famílias, as quais, muitas vezes à margem das suas preferências políticas, escolhem para os seus filhos aquelas que consideram ser as melhores escolas, sejam elas públicas ou privadas. O que à primeira vista poderia ser visto como criticável, poderá não ser criticável, do ponto de vista do bem-estar social, se se pensar que parte do que constitui uma família é a vontade de proporcionar aos seus membros as condições necessárias para se realizarem profissional e civicamente. A escolha entre uma escola de elites e uma escola massificada é politicamente difícil, mas tem de ser feita, visando a existência de boas escolas, não apenas em termos científico-técnico-literários, mas também éticos.

Perante esta situação é desejável um compromisso entre as principais forças políticas e sociais portuguesas, o que nos parece ser possível. À esquerda, é razoável defender que a massificação deve ser repensada, com vista a aproveitar o seu potencial. A opção política pelo alargamento da escolaridade a vastos setores da população ainda excluídos filia-se nessa conceção. Foi o caso do Programa Novas Oportunidades, que os anteriores Governos do PS (2005-2009; 2009-2011) pretenderam alargar indiretamente ao ensino superior. Acabou o programa, por opção política do novo Governo PSD-CDS saído das eleições de 2011, mas não há dúvidas de que tinha aspetos positivos. À direita, é razoável pensar-se que as elites são imprescindíveis, mas que é possível um novo balanço social que não exclua o relacionamento entre os estudantes excelentes e os outros estudantes, possibilitando, em simultâneo, maximizar a qualidade dos bons estudantes, devido ao contacto em maior frequência com outros bons estudantes nas escolas/universidades, e a promoção de atividades académicas e sociais com aqueles que não são tão bons. E há que ver a educação em sentido amplo, abarcando, nomeadamente, as artes e o desporto, como elementos de uma política pública integrada.

Um bom sistema de educação deve ser flexível e diferenciador das situações dos estudantes, por forma a garantir a sua mobilidade educacional e social, que é em si mesma um valor<sup>12</sup>. O já referido *Global Salzburg Seminar*, em articulação com o *Educational Testing Service* (ETS), pretende estrategicamente obter respostas às

---

<sup>11</sup> Cf. Jean Guitton, *Un siècle, une vie*, Paris, Robert Laffont, 1988, trad. port. de Maria Delfina Chorão de Aguiar, *Um século, uma vida* Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, p. 28.

<sup>12</sup> Na sua edição de 30 de agosto de 2010, o jornal *El País* (pp. 22-23), um jornal próximo do Partido Socialista Operário Espanhol, num artigo assinado por Carmen Morán, situava, de modo inovador, a questão, de um ponto de vista de esquerda, num artigo intitulado “Más clases para los primeros de la clase”, onde se dizia que se estava a ultimar um plano para reunir os alunos com melhores notas fora do horário escolar para potenciar os seus conhecimentos, visando-se garantir, contudo, que “os alunos brilhantes mas sem recursos” não ficarão de fora.

seguintes questões: por que é que a mobilidade é sustentada a taxas mais elevadas em alguns países do que em outros? Onde é que os gastos com educação produzem o maior efeito? Que estruturas permitem que haja mais mobilidade e onde é que é melhor, mais equitativo e facilitador da excelência, no que se refere ao acesso à rede de ensino pré-escolar, primário, secundário e superior?

O objetivo desta investigação, na qual estão envolvidos 25 investigadores de referência de todo o mundo, é “otimizar o talento mundial”, de modo a disseminar posteriormente o conhecimento e as melhores práticas. Mas o que é o talento? De que depende? Segundo a conhecida parábola bíblica dos talentos (Mt 25, 14-30; Lc 19, 12-27), os talentos são moedas, não são qualidades naturais. Não são a inteligência, a beleza, a força ou as capacidades artísticas humanas. São o que se recebe de outros. No nosso caso, é o que se recebe da família, dos amigos, da escola, etc., e que se pode fazer frutificar ou não. Os frutos dos talentos naturais podem passar para os herdeiros, mas os frutos dos talentos de que falamos são eminentemente pessoais, e é com base neles que, segundo a parábola, o servo merece o juízo favorável do senhor. O que está em causa na parábola é, segundo Vasco Pinto de Magalhães, o que cada um faz com as oportunidades que tem no seu dia-a-dia. Um dia traz muitas oportunidades, e, num espaço de convivência humana, só isso se pode comparar: “uns tiram partido e crescem, outros bloqueiam e tentam negociar, outros ainda fogem ou deixam passar”<sup>13</sup>.

O sistema formal de ensino deve garantir a maximização do bem-estar social através do crescimento de cada pessoa, segundo razões que só a própria conhece, e por isso não basta garantir o acesso das massas. Há que garantir a todos o acesso à educação sem fingimentos nem subterfúgios<sup>14</sup>. O olhar filosófico de Vasco Pinto de Magalhães é, mais uma vez, clarificador: “o que não cresce, decresce”; “(...) na educação, quando se deixou de investir já começou a desordem”. Um mau crescimento – acrescenta – aumenta a confusão, mesmo que se fale de progresso. Se este é feito em nome de interesses económicos ou de estatísticas é um falso progresso, e pode ser que se esteja a avançar para o abismo<sup>15</sup><sup>16</sup>.

Não querendo as pessoas apenas o maior bem universal, descrito por Kant, mas uma multiplicidade de bens, uns mais pequenos e outros maiores, há pois que volver, na teoria político-jurídica, à pessoa, para reconhecer a sua imperfeição e para construir o Estado em função desse facto. O Estado, como organização externa, não se identifica necessariamente com a totalidade dos seus membros, mas muito menos se pode identificar com um grupo específico. Reduzido à sua expressão mais simples, o Estado deve tendencialmente garantir que as pessoas compreendam as regras jurídicas de convivência social e as suas decisões. Mas para isso é necessário que tenham uma educação adequada, que passa, não apenas pela aquisição de conhecimentos, mas também por uma maior atenção político-social.

---

<sup>13</sup> Cf. Vasco Pinto de Magalhães, *Onde há crise, há esperança*, Coimbra, Tenacitas, 2008, p. 101.

<sup>14</sup> Em meados da passada década de 60, Salazar, enquanto presidente do Conselho do regime autoritário português, dizia, no que poderia ser visto um exercício de autocrítica, mas que não era, que os portugueses não tinham “sentido crítico”, nem “autonomia mental”, nem “tenacidade”, e que as elites, apesar da sua educação, não tinham capacidade para agir politicamente. Franco Nogueira, *Salazar*, Lisboa, Civilização Editora, vol. VI, 1985, pp. 242-243. Ora é precisamente isso que há que evitar em democracia.

<sup>15</sup> Vasco Pinto de Magalhães, *ob. cit.*, p. 101.

<sup>16</sup> Para uma crítica moderada ao *welfare state*, por este se deixar guiar por estratégias de grupo e por promover a dependência dos cidadãos, vide David Held (Ed.), *Political Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1991, p. 160.



#### 4. Conclusão

O Estado só não é uma oligarquia se o poder estiver disseminado, inclusive nos seus próprios órgãos. Não nos esqueçamos de que o Estado não tem sempre bons líderes e dirigentes, sendo por isso necessário que funcione bem mesmo quando aqueles não o são. Só assim a democracia é praticável, pois, de outro modo, é irrealizável, devido a um excesso de idealismo, no sentido em que se espera que as pessoas tenham um comportamento que, na prática, não se verifica.

Para que uma democracia seja boa, é necessário que existam elites boas<sup>17</sup>. Relevam neste contexto importantes fatores psicológicos como seja a tendência das massas para não tomarem consciência das injustiças que não as favorecem (ou que só aparentemente as favorecem) e a tendência dos líderes políticos para quererem deter o poder absoluto. A combinação de ambas as tendências torna possível a ocorrência de uma forma de cegueira que ameaça a democracia no século XXI.

A democracia depende, por essas razões, da existência de elites capazes e bem formadas, que, mais do que estarem dependentes ou se identificarem com o Estado, devem ter os seus interesses próprios tão ligados aos interesses do Estado que tenham necessariamente de os promover. Dada ainda a tendência dos Estados para estarem cada vez mais globalmente interligados, é por isso necessário favorecer, tanto a nível constitucional como legal, os bens mais universais, como é o caso da educação. São esses bens mais universais que, exatamente por serem universais, a longo prazo perdurarão.

#### Referências bibliográficas

Bessa, António Marques, *Elites e Movimentos Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta, reimp., 2012.

Bessa, António Marques, *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, ISCSP, Lisboa, 1993.

Cunha, Paulo Ferreira, *Repensar a Política*, Coimbra, Almedina, 2007, 2.<sup>a</sup> ed., revista e atualizada.

ETS, *Optimizing Talent: Closing Educational and Social Mobility Gaps Worldwide*, in “Policy Notes, News from the ETS Policy Information Center”, Volume 19, Number 2 – Policy Evaluation & Research Center, Princeton, Spring 2011. Disponível em <http://www.ets.org/Media/Research/pdf/PICPN192.pdf>. Consultado em 12 de janeiro de 2013.

---

<sup>17</sup> Elites, porque são os melhores; boas, porque têm uma adequada preparação científica, técnica e moral.

Guitton, Jean, *Un siècle, une vie*, Paris, Robert Laffont, 1988, trad. port. de Maria Delfina Chorão de Aguiar, *Um século, uma vida*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995.

Held, David (Ed.), *Political Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1991.

Magalhães, Vasco Pinto de, *Onde há crise, há esperança*, Coimbra, Tenacitas, 2008.

Maltez, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Vol. II, Tribuna, Lisboa, 2004.

Morán, Carmen, *Más clases para los primeros de la clase*, in “El País”, edição de 30 de agosto de 2010. Disponível em [http://elpais.com/diario/2010/08/30/sociedad/1283119201\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2010/08/30/sociedad/1283119201_850215.html). Consultado em 14 de janeiro de 2013.

Nogueira, Franco, *Salazar*, Lisboa, Civilização Editora, vol. VI, 1985.

Paiva, Ana, e Caetano, João, *O Estado inútil*, in “Público”, edição de 2 de outubro de 2005.

Veloso, Rui, *Top dos tops*, tema integrante do CD “A Espuma das canções”, 2005.

Recebido para publicação em 09-03-13; aceito em 12-04-13